INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA N ° 124 DE 19 DE SETEMBRO DE 2001.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo exposto nos incisos VI e X do art. 2º e art. 24 da Estrutura Regimental do Decreto nº 3.833, de 05 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; e tendo em vista as disposições do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967; e do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999; e

Considerando que a Constituição Federal preceitua que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que a Lei 7.679, de 23 de novembro de 1988 dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em épocas de reprodução e estabelece que o Poder Executivo fixará os períodos de defeso da piracema para a proteção da fauna aquática, atendendo as peculiaridades regionais, podendo adotar as medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro;

Considerando que bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997), e que se entende por bacia hidrográfica, o rio principal, seus formadores, afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de águas sob domínio da União;

Considerando que a bacia hidrográfica do rio São Francisco apresenta características peculiares que diferem seu trecho Alto e Médio, do trecho Sub-Médio e Baixo, particularmente no que se refere à variação de nível do rio, devido ao ciclo natural das águas e às intervenções antrópicas;

Considerando o disposto no Art. 20 da Constituição Federal, que estabelece por bens de domínio da União: os rios, lagos e quaisquer correntes de água situadas em terreno de seu domínio; ou que sirvam de limite entre dois ou mais Estados; ou que banhem mais de um Estado; ou que sirvam de limite com outros países; ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham; bem como os terrenos marginais; as praias fluviais; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a faixa de fronteira;

Considerando que as lagoas marginais devem ser caracterizadas como áreas de proteção permanente com vistas a possibilitar a conservação dos ambientes onde as espécies ictíficas tenham garantia de sua sobrevivência pelo menos durante a fase inicial de seu desenvolvimento;

Considerando que a fauna e flora aquática são bens de domínio público, que se constituem em recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e que ao IBAMA incumbe sua proteção, administração e fiscalização, dispondo de poder para restringir seu uso e gozo;

Considerando que o intenso esforço de pesca exercido sobre os cardumes, nos períodos em que ocorrem os fenômenos migratórios para a reprodução (piracema), pode interferir no equilíbrio biológico das espécies e, conseqüentemente, comprometer a renovação de seus estoques, e que esse esforço é mais significativo quanto ao uso de petrechos em se tratando de pesca profissional, e quanto à quantidade de pescado capturado em se tratando de pesca amadora; e

Considerando, ainda, o que consta do Processo nº 02031.000127/01-60, de 28 de agosto de 2001, do Centro Nacional de Pesquisa de Peixes Tropicais - CEPTA/IBAMA,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer de 15 de outubro de 2001 a 11 de fevereiro de 2002, o período de proteção à reprodução natural dos peixes (piracema), na bacia hidrográfica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre as nascentes do rio São Francisco no Estado de Minas Gerais e o vertedouro da UHE de Sobradinho no Estado da Bahia.

Parágrafo Único: Entende-se por bacia hidrográfica do rio São Francisco, o rio São Francisco propriamente dito, seus formadores, seus afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de água sob o domínio da União.

Art. 2º - Proibir a pesca, de qualquer categoria, nas lagoas marginais da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no trecho e no período definidos no Art. 1º desta Portaria.

Parágrafo Único: Entende-se por lagoas marginais, as áreas de alagados, alagadiços, lagos, banhados, canais ou poços naturais que recebam águas dos rios ou de outras lagoas em caráter permanente ou temporário.

Art. 3º - Proibir a pesca, de qualquer categoria, até a distância de 1500m (hum mil e quinhentos metros) a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras situadas na bacia hidrográfica do rio São Francisco, no período definido no Art. 1º desta Portaria.

Art. 4º - Permitir, nos rios e reservatórios de usinas hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre suas nascentes e o vertedouro da barragem da UHE de Sobradinho, a pesca apenas na modalidade desembarcada, utilizando somente: linha de mão ou vara; linha e anzol; caniço simples, com molinete ou carretilha.

Parágrafo Único - Os petrechos e materiais de pesca não mencionados neste Artigo são considerados de uso proibido.

Art. 5º - Permitir, nos rios da bacia hidrográfica do rio São Francisco, aos pescadores profissionais e amadores devidamente licenciados e aqueles dispensados de licença na forma da legislação vigente, um limite de captura e transporte de até 5kg (cinco quilogramas) de peixes, mais um exemplar, respeitados os tamanhos mínimos de captura definidos em legislação pertinente (Portaria IBAMA nº 92, de 06 de novembro de 1995).

Art. 6º - Permitir para a pesca profissional e amadora, a captura e o transporte, em qualquer quantidade, das seguintes espécies: tucunaré (*Cichla* spp); tilápia (*Oreochromis* spp e *Tilapia* spp); bagre africano (*darias* spp); apaiari (*Astronotus ocellatus*); tambaqui (*Colossoma macropomum*); carpa (todas as espécies) e o híbrido tambacu, utilizando somente os petrechos mencionados no Art. 4º desta Portaria.

Parágrafo Único - À exceção das espécies incluídas no *caput* deste Artigo, todo produto de pesca oriundo de outros estados e países deverá estar acompanhado de comprovante de origem, sob pena de apreensão do pescado e dos petrechos,

equipamentos e instrumentos utilizados na pesca, e aplicação das sanções de que trata a legislação vigente.

Art. 7º - Liberar a pesca, a despesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento, a industrialização e o armazenamento de peixes provenientes de piscicultura ou pesque-pague/pesqueiro, devidamente registrado juntamente ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento ou órgão estadual competente, com a comprovação de origem.

Art. 8º - Fixar o segundo dia útil após o início do defeso da piracema, como prazo máximo para declaração ao IBAMA, dos estoques de peixes *in natura*, resfriados ou congelados, provenientes de águas continentais, existentes nos frigoríficos, peixarias, entrepostos, postos de venda, bares, hotéis, restaurantes e similares.

Art. 9º Excluir das proibições previstas nesta Portaria, a pesca de caráter científico, prévia e devidamente autorizada ou licenciada pelo IBAMA ou órgão estadual competente.

Art. 10 - O exercício da pesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento, a industrialização e o armazenamento do pescado em desacordo com o estabelecido nesta Portaria, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Decreto - nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 e demais regulamentações pertinentes.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

HAMILTON NOBRE CASASA
PRESIDENTE DO IBAMA